



**COMENTÁRIOS DE ENCERRAMENTO DE  
SUA EXCELÊNCIA O PRIMEIRO-MINISTRO  
KAY RALA XANANA GUSMÃO  
POR OCASIÃO DA**

**SEGUNDA CONFERÊNCIA CONSULTIVA SOBRE  
PRINCÍPIOS PARA O BOM ENVOLVIMENTO  
INTERNACIONAL EM SITUAÇÕES E ESTADOS FRÁGEIS**

**Instituto de Ciências da Saúde de Comoro, Díli**

**18 de Agosto de 2009**

Excelências

Distintos Delegados

Senhoras e Senhores,

Ao terminar estes dois dias de reflexão e consulta poderemos concluir que, apesar de algumas divergências de opiniões e diferentes experiências adquiridas, todos concordámos e sublinhámos que as principais conclusões relativamente aos Estados frágeis, são:

Primeiro – Todas as Nações são únicas e há uma confluência de factores geográficos, culturais, históricos, étnicos e institucionais que levam à fragilidade dos Estados e que requerem abordagens específicas caso-a-caso. As medidas a adoptar em Timor-Leste, não serão certamente as mesmas a aplicar no Afeganistão, na República Central Africana, na República Democrática do Congo, na Serra Leoa ou no Haiti.

Segundo – Independentemente dos conceitos e definições utilizados, há factores comuns a todos estes países: situações de conflito recentes, ou latentes, e a pobreza generalizada - que requerem um conjunto de soluções individuais e/ou combinadas para vencer estes enormes desafios.

Terceiro – A Comunidade Internacional pode desempenhar um papel fundamental para ultrapassar mais rapidamente a situação de fragilidade nalguns Estados, mas a sua actuação deverá ser conduzida e liderada pelos próprios Estados e pelo seu Povo e daí a necessidade destes encontros consultivos e do Diálogo Internacional, para que os actores internacionais possam da melhor forma “ajudar a ajudar-nos”.

Quarto – O alinhamento de vontades neste sentido já foi determinado. As reuniões que antecederam a esta, e as que se irão suceder, demonstram o empenho da Comunidade Internacional em promover o envolvimento construtivo entre as entidades interessadas, nacionais e internacionais, em países que enfrentam problemas a que chamamos de “fragilidade”. A adopção de 10 princípios estruturantes para alcançar este propósito dá-nos a confiança que, numa perspectiva de longo-prazo, a intervenção internacional contribuirá para o desenvolvimento sustentável das nossas Nações e dos nossos Povos.

Senhoras e Senhores,

Timor-Leste é um País afortunado, pois em 10 anos de liberdade e 7 de construção do Estado, alcançamos progressos notáveis sob os auspícios da Comunidade Internacional.

Muito ainda há a fazer para reduzir a pobreza na nossa Nação, para certificar que não irá haver a reincidência de conflitos e para eliminar as assimetrias regionais. E, apesar da ajuda internacional, sabemos que estes progressos não teriam sido possíveis sem a vontade escrupulosa da liderança do País, da nossa Sociedade Civil e do nosso Povo em reclamar a implementação de reformas para melhorar a governação, para garantir a segurança e estabilidade nacional e a capacitação institucional.

Isto leva-me a acreditar que o apoio da Comunidade Internacional será inútil se não houver, em primeiro lugar, um espírito de entidade nacional, de coesão e de visão consensual sobre o futuro, através da participação activa de todos os actores nacionais. Por isso, repito, precisamos, mais do que nunca, de uma visão de conjunto para o futuro e de maturidade política, para alcançar o desenvolvimento e o bem-estar colectivo.

Instituições políticas fortes, um Estado forte (e refiro-me a todas as Instituições do Estado e não apenas ao executivo) são a chave para o desenvolvimento da Nação. Só desta forma, será possível a população confiar nas suas Instituições e sentir-se motivada a participar no processo de desenvolvimento, evitando os conflitos internos e assumindo um papel de responsabilização e cooperação.

Em Timor-Leste há, sem dúvida, a necessidade de ir rebuscar o espírito de coesão nacional – especialmente por parte dos actores políticos - para alcançar a causa comum de estabilidade e desenvolvimento, como ficou já marcado na nossa história, através do processo raro, senão único, da história da nossa libertação.

O Estado, e mais uma vez me refiro a todos os Órgãos de Soberania e não apenas ao Governo, tem vindo a implementar reformas fundamentais no País, num espírito de solidariedade e cooperação, das quais nos devemos orgulhar. Foi assim que resolvemos a crise mais recente de 2008, e é assim que temos vindo a juntar esforços para resolver os problemas ardilosos da nossa jovem Nação: a corrupção, as injustiças sociais, a insegurança, entre outros.

Distintos convidados,

A experiência que nos foi dada a conhecer pelo caro amigo Armand Kasumbu da República Democrática do Congo, faz-nos reflectir, com alguma tristeza, que a construção de uma Nação é um conceito muito vasto que implica transformações profundas, não só no plano interno mas também no contexto internacional.

O que se passa na República Democrática do Congo? Para além das questões étnicas, poderemos também considerar que a riqueza em recursos naturais, em alguns países, é também a sua maldição?

Questiono-me porque é que a intervenção da comunidade internacional que tem vindo a ter sucesso em determinados países, noutros não consegue sequer minimizar o sofrimento das populações?

Vou ainda mais longe e pergunto, do ponto de vista de contextualização histórica e social: será que todos os países estão preparados para receber imediatamente os valores democráticos instituídos pelos países mais desenvolvidos?

Nem sempre a democracia é um pré-requisito para alcançar o crescimento económico, vejamos o caso da China, da Coreia, da Malásia, de Singapura, da Indonésia, da Tailândia e mesmo, por exemplo, do Chile, exemplos de sucessos económicos em que os seus valores soberanos divergem dos padrões universais de democracia.

No caso da República Democrática do Congo, fiquei com a percepção de que talvez o País não estivesse ainda preparado para abraçar a representatividade democrática de acordo com os parâmetros do mundo moderno. Talvez um período de transição maior, onde se estimulasse a coesão nacional, a participação mais intensa dos vários grupos étnicos, e uma visão comum para o desenvolvimento do País, tivesse tido um impacto mais positivo para a Paz e para o estabelecimento do Estado, do que a Democracia Representativa antes do tempo...

Reparem, não quero dizer que a democracia e os seus valores, que nós aqui em Timor-Leste defendemos, não são fundamentais para as Nações se desenvolverem de uma forma sã e para promover os direitos fundamentais dos cidadãos, promover a igualdade de oportunidades, o imperativo da justiça e o crescimento económico.

O que quero dizer, é que muitas vezes o *timing* não é o mais certo, a urgência em convocar eleições para escolher os seus representantes pode muitas vezes conduzir às tais bolsas de exclusão social e política, porque nem todos passam a fazer parte do centro das decisões e a sentir as respectivas recompensas.

Veja-se o caso das consideradas primeiras eleições democráticas, relativamente recentes, quer no Afeganistão quer no Iraque. Estas não corresponderam às expectativas criadas de melhorar a situação vivida nestes países, ou não são ainda a solução para a paz e estabilidade desses países, perdurando as situações de conflito e instabilidade e claro o sofrimento das populações.

Para uma família que passa fome, que vive em condições precárias e que não tem acesso à saúde, a democracia é um conceito demasiado erudito e abstracto para ser interiorizado, ou seja, o crescimento económico e a redução de pobreza é que muitas vezes permitem a consolidação democrática.

Talvez... a comunidade internacional possa interferir neste aspecto garantindo maiores períodos de transição, para assegurar que os processos sejam devidamente implementados e para que de facto não haja espaço para a exclusão, neste caso “exclusão democrática”.

Comparando o País irmão da República Democrática do Congo com Timor-Leste, parece-me que a nossa tarefa foi, sem dúvida, menos exigente, porque contamos apenas com cerca de um milhão de habitantes, num País com apenas cerca de 15 mil km quadrados, apesar de também nós sermos vítimas e beneficiários dos recursos naturais que possuímos. A consolidação democrática também tem vindo a obter significativos processos mas, lá está, somos um País bem mais pequeno e ainda assim há muitos grupos que não se sentem representados.

Sendo a República Democrática do Congo um país de maioria pobre mas rico em recursos naturais tais como a mineração, nomeadamente diamantes e petróleo, tem vindo a despertar o interesse em países industrializados, mas por falta de capacidade e de infra-estruturas para explorar os seus próprios recursos é espoliado dos benefícios desta riqueza por outros países.

Outro exemplo que vale a pena considerar, para tentar perceber onde está a causa dos problemas, é o caso da Guiné-Bissau. Esta tem aproximadamente o mesmo tamanho e população que Timor-Leste, uma história e língua comum, e tem vindo a ultrapassar sucessivamente graves crises institucionais. Onde estará a raiz do mal?

Sabemos que as questões étnicas existentes, nomeadamente a presença de grupos tribais no seio das Forças Armadas, e a sua crescente relevância enquanto interposto de narcotráfico internacional, têm dificultado o processo de transição para a estabilidade e desenvolvimento nacional. Mas, será que a Comunidade Internacional está efectivamente preocupada com este caso?

O Presidente da República da Guiné-Bissau, recentemente eleito, veio apelar para a necessidade de reforçar a união nacional para alcançar o tão desejável desenvolvimento económico e social do País. Poderá a Comunidade Internacional contribuir mais fortemente para este propósito?

Refiro ainda outro caso: o Afeganistão está localizado numa importante área geoestratégica, também importante fonte de recursos naturais, sendo ainda o Afeganistão o maior produtor mundial de ópio.

Neste País, tem havido sucessivas operações militares e ajuda internacional para a sua reconstrução. No entanto, a resposta internacional tem sido insuficiente para colmatar as necessidades básicas da população. Será somente a instabilidade política interna a causa da sua pobreza? Sabendo das questões externas envolvidas, não será possível fazer-se melhor?

Senhoras e Senhores,

O ponto central deste processo de consulta é apurar como poderemos fazer melhor – nós, os Estados frágeis, e os seus Parceiros de Desenvolvimento – para melhorar as condições de vida das populações.

Promover um clima de paz, tranquilidade e confiança, são aspectos fundamentais para aumentar as actividades necessárias ao tão desejado desenvolvimento económico, social e político.

A boa governação é essencial para que, também, os Parceiros de Desenvolvimento tenham mais confiança para investir em áreas que apresentam custos elevados, como é o caso das infra-estruturas, da educação e transferência de competências, mas que trazem os maiores benefícios para os países em vias de desenvolvimento.

Neste sentido, em Timor-Leste, estamos empenhados em reformas que não só promovam o crescimento económico do País mas que demonstrem igualmente a gratidão para com os países que desde o primeiro momento apoiaram Timor-Leste.

Podemos e queremos vir a ser um exemplo a nível internacional de que uma intervenção eficaz da Comunidade Internacional pode conduzir ao desenvolvimento sustentável e, por isso, estamos a levar tão a sério estes processos de consulta e partilha de experiências.

A participação da Sociedade Civil é por isso fundamental, assim como melhorar a comunicação com a população, ouvindo e dando resposta às suas aspirações. Esta resposta, no entanto, em países pobres, tem que ser gradual e tem que contemplar de forma imediata os mais necessitados, por mais controverso que seja o tema de “comprar ou não a Paz”.

A entrada de milhões de dólares no nosso País, através dos Parceiros de Desenvolvimento, ou o uso dos nossos recursos naturais para projectos estruturantes de longo-prazo, não fazem sentido se não formos imediatamente aliviando a pobreza daqueles que sofrem.

Não queremos uma abordagem das partes mas sim contextualizar toda esta problemática numa visão holística. Queremos proceder com dignidade e respeito, adoptando um objectivo comum,

reinventando a nossa mentalidade – não só no plano interno, mas também colocando as nossas transformações e sucessos alcançados na agenda internacional e, se possível, apoiar e contribuir no desenvolvimento de outros países em situações delicadas.

A participação neste importante Diálogo Internacional ajuda-nos a ver com mais clareza o caminho percorrido e o que falta percorrer, através da partilha de experiências e dos conhecimentos dos nossos amigos em situações mais estáveis e desenvolvidas e dos nossos amigos em situações semelhantes à nossa, ou piores. Mas, sobretudo, sublinha a importância da nossa responsabilidade enquanto Estado-Nação da Comunidade Internacional.

Senhoras e Senhores,

Para terminar quero reforçar a extrema importância do esboço do relatório aqui discutido, apelando a todos os intervenientes que façam chegar os seus comentários ao Gabinete de Coordenação do Ministério das Finanças, para finalizar o relatório a fim de ser publicado pela OCDE. Desta forma iremos, todos juntos, promover o desenvolvimento a longo-prazo dos Estados considerados frágeis.

Estamos confiantes que este processo de consulta irá ter resultados bastantes positivos e que no final, em princípio, em 2011, como foi referido pela Sra. Bella Bird, não só os países que já mencionei hoje mas também o Burundi, o Nepal, a Libéria, o Sudão, entre outros, beneficiem com o mérito deste trabalho, para que todos nós nos afastemos definitivamente das adversidades da pobreza e do conflito e todos juntemos esforços para conseguirmos atingir os objectivos do milénio.

Agradeço a todos aqueles que contribuíram para o sucesso da realização deste evento e sobretudo àqueles que vieram de longe para deixar aqui o seu importante contributo, reforçando o espírito desta Conferência consultiva, de trabalhar em conjunto em prol de um mundo melhor.

Termino citando um provérbio africano, que muitos de vós certamente conhecem:

«The best time to plant a tree is twenty years ago. The second-best time is now!».

Muito obrigado.

Kay Rala Xanana Gusmão

18 de Setembro de 2009